

Entrevista
Rosalind P. Petchesky
por Bernardo Kucinski

FEMINISMO

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Fotos: Nair Benedicto/N. Imagens

Rosalind Petchesky é uma feminista de longa data, fundadora e dirigente de uma das mais importantes organizações de pesquisa e ativismo político no campo dos direitos sexuais e reprodutivos: a International Reproductive Rights Reserach Action Group (IRRRAG), com sede em New York. É também pesquisadora e docente de “Women’s Studies”, área interdisciplinar bem definida nas universidades estrangeiras, mas ainda pouco presente na academia brasileira, apesar da marcante contribuição das feministas e demógrafas brasileiras aos estudos dos problemas da mulher e da reprodução humana. Alguns dos trabalhos de Rosalind foram escritos em parceria com pesquisadoras brasileiras, entre as quais Sonia Correa. Rosalind participou do 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde, realizado no Rio de Janeiro, em março último, onde concedeu esta entrevista. Compareceram ao encontro cerca de 450 mulheres de todo o mundo. E nenhum homem. O encontro foi fechado aos homens. Rosalind, uma das principais conferencistas, falou sobre o “Corpo, Direitos Reprodutivos e Sexuais – Convergências e Divergências”.



Adusp - Gostaria de pedir-lhe uma breve descrição de sua militância. Como você começou no movimento feminista? O que você faz hoje?

Rosalind - Eu comecei no Movimento Feminino, nos Estados Unidos, como parte do Movimento Geral de Mulheres que surgiu da esquerda e do movimento contra a guerra do Vietnã. Tornei-me, então, mais envolvida com as questões das mulheres porque estávamos muito preocupados com as restrições ao direito de aborto e as questões de saúde reprodutiva. Isto foi há muito tempo. Foi nos anos 70, na minha cidade, New York. Começamos uma organização chamada Comitê pelo Direito de Aborto e contra a Esterilização Abusiva (Carasa). Fui participante desse comitê e do movimento nos Estados Unidos e escrevi um livro chamado *Aborto e a Saúde da Mulher*, publicado nos Estados Unidos, que muitas pessoas aqui conhecem. Mais tarde, tornei-me diretora do Programa de Estudos da Mulher do Hunter College, na Universidade da Cidade de New York, onde ainda sou professora de Ciências Políticas e Estudos da Mulher. Durante esse tempo, envolvi-me ainda mais nessas questões em âmbito internacional. Comecei a organizar alguns encontros de mulheres de todo o mundo sobre essas questões de saúde reprodutiva e sexual e formamos o Grupo Internacional de Ação na Pesquisa de Direitos Reprodutivos (IRRRAG), que tem feito pesquisas em diversos países, incluindo o Brasil.

Adusp - Como você vê a recente história desses movimentos de mulheres, em particular em torno dos direitos reprodutivos? Quais têm sido os maiores progressos até o encontro do Rio de Janeiro?

Rosalind - Tem havido uma longa evolução nesses movimentos. No início, e estou falando agora não somente dos Estados Unidos e Europa, mas da América Latina, a ênfase maior era na busca pela obtenção de aborto legal seguro e também de contraceptivos seguros. Mas, rapidamente, as questões incluíram maternidade segura, o direito de ter filhos com dignidade e segurança, bem como o direito de não tê-los. E começaram também a incluir questões de saúde clínica da mulher, infecções do trato reprodutivo, cânceres. E quando começamos a nos perguntar sobre as condições necessárias para ter essa segurança, tranquilidade e saúde para nossos corpos, tivemos que olhar mais profundamente para as infra-estruturas dos países, tivemos que olhar para as políticas públicas, não apenas em relação ao sistema de cuidados da saúde mas também em relação a muitas outras condições básicas de capacitação. Aqui no Brasil nos preocupamos com condições de todos os tipos. Você não pode ter acesso a métodos de contracepção bons e seguros se não tem meios de transporte para chegar a uma clínica. Ou se você não tem condições sanitárias, você não pode usar muitas formas de contracepção. Mesmo se você observar o estreito nicho de planejamento familiar ou controle da fertilidade, você tem de ter mui-

tas condições para exercer esse direito. Então, começamos a pensar mais profundamente em termos de como a saúde sexual e reprodutiva interliga-se com a saúde em termos gerais, e como a saúde em termos gerais interliga-se com muitas questões de desenvolvimento sustentável. São todos fragmentos de uma mesma matéria.

Adusp - Como foi que a expressão “direitos sexuais” passou a fazer parte do conceito de “direitos reprodutivos”, dando origem ao conceito mais amplo de direitos sexuais e reprodutivos? Como, quando e por quê?

Rosalind - Estou contente que você tenha feito essa pergunta porque apesar de recebermos congratulações do movimento feminista por acrescentar sexo à reprodução, na verdade foi o movimento mundial de prevenção à pandêmica Aids que trouxe a público a palavra “sexual”, e trouxe-a como palavra feia. Ela veio à tona devido à Aids e admite-se que, apenas agora, temos um discurso de direitos sexuais em termos afirmativos no plano internacional, nas Nações Unidas, e em documentos tais como o de Beijing, devido ao movimento organizado a partir da Aids.

Adusp - Houve também contribuição do movimento lésbico neste sentido de atingir direitos sexuais independentemente das funções reprodutivas?

Rosalind - Isto sempre foi enfocado. Primeiramente, as lésbicas têm sido sempre uma parte central e importante de grupos feministas e

de grupos de saúde reprodutiva das mulheres e de direitos reprodutivos. Sempre, desde o início, elas têm estado em uma posição natural de liderança e ativismo. Elas sempre têm falado a respeito e temos sempre encabeçado questões das lésbicas, tais como maternidade das lésbicas, seu acesso a cuidados médicos e assim por diante. Mas o que me parece novo agora é uma ênfase sobre o direito não somente à diferença sexual e orientação sexual, mas ao prazer sexual para todos os grupos de pessoas.

Adusp - Mas isso não contradiz o que você disse antes, que o que trouxe esta questão foi a pandemia da Aids? Assim, não tem havido uma espécie de conotação negativa, uma espécie de conotação defensiva, em vez de uma conotação de prazer?

Rosalind - Não penso que haja contradição. Penso que a Aids realmente ameaçou destruir a discussão sobre sexualidade. Criou um contexto de negatividade, de prevenir alguma coisa antes de permitir alguma coisa, mas, na realidade, foi somente devido ao horror da Aids. E às discriminações, às muitas formas de discriminação que as pessoas soropositivas e aidéticas têm experimentado, particularmente as mulheres, que agora constituem cerca de 40% dessa população aidética ou soropositiva. É somente por causa dela que podemos publicamente anunciar a sexualidade como parte fundamental da vida humana, e que sem o direito feminino de determinar sua própria sexualidade, de exigir sua própria satisfa-



O que me parece novo agora é uma ênfase sobre o direito não somente à diferença sexual e orientação sexual, mas ao prazer sexual para todos os grupos de pessoas.

ção e segurança, as mulheres correm o risco desta doença fatal.

Adusp - Estava lendo, outro dia, um clássico do feminismo, e a escritora americana Catharine MacKinnon começou dizendo que a sexualidade está para o feminismo assim como o trabalho está para o marxismo: o que há de mais pessoal e, no entanto, o que é mais expropriado. Você concorda com essa colocação?

Rosalind - Sim, eu conheço a MacKinnon e concordo com ela.

Adusp - Entendo que os conceitos de direitos reprodutivos e sexuais estão evoluídos, portanto, gostaria de saber como você define hoje os direitos reprodutivos e

sexuais. Que tipos de direitos estão garantidos?

Rosalind - Há uma definição formal no Programa Adoção do Cairo, bem como na plataforma de ação de Beijing, você pode vê-la nos artigos 72 e 73 do Documento do Cairo e também na plataforma de Beijing. Mas, muito simplificada eu diria que a definição está no direito de decidir se, quando e com quem ter filhos ou não ter filhos; o direito de decidir se, quando e com quem ter sexo ou não ter sexo. E todas as condições e meios e informação necessários para tornar este direito concreto e realizável na prática.

Adusp - Sua fala nesta conferência foi sobre Direitos Reprodutivos e Sexuais — Convergências e Divergências. Quais são, para você, os principais pontos divergentes e convergentes, atualmente, nas discussões entre as mulheres sobre direitos reprodutivos?

Rosalind - Um deles é uma velha discussão dentro do movimento de mulheres. É uma questão de tecnologias reprodutivas e em que extensão deveríamos focar na periculosidade daquelas tecnologias, ou nos seus aspectos positivos. Para muitas de nós, ambas as coisas são verdadeiras. Não podemos ter uma ou outra, é uma questão de ênfase, realmente.

Adusp - Periculosidade em que sentido?

Rosalind - Periculosidade no sentido de tecnologias que envolvem prejuízo à saúde das mulheres, que são impostas coercitiva-

mente por programas populacionais de fornecedores de assistência médica, que estão mais interessados em controlar a fertilidade das mulheres e em controlar o crescimento populacional do que em promover saúde e bem-estar das mulheres. Todos os grupos feministas têm preocupações nesse sentido, mas alguns grupos estão especialmente preocupados, a ponto de suspeitar de qualquer tecnologia. Havia, por exemplo, um movimento muito forte, aqui no Brasil, contra o contraceptivo de longa ação chamado Norplant. O Norplant é um contraceptivo de longa ação, não é permanente mas é administrado através de implantes no braço das mulheres, e há sérias preocupações quanto aos efeitos colaterais do Norplant, sobre sua administração a mulheres muito jovens (na verdade, não foram feitos estudos longitudinais suficientes sobre os impactos severos em mulheres muito jovens por um período de tempo) e, finalmente, sobre o fato de que aparentemente é difícil remover o implante. Muitas mulheres fizeram o implante e não gostaram, sentiram efeitos colaterais, principalmente muita hemorragia e excesso de sangramento, e pediram a remoção dos implantes e os "fornecedores" recusaram-se a removê-los ou porque é muito difícil ou porque acham que a mulher é louca... Ela não é! Isto é um problema muito sério. No Brasil, alguns movimentos de mulheres ficaram tão aborrecidos com a introdução do Norplant neste país, que se organizaram

para realmente eliminar o Norplant. Tanto quanto eu saiba, o Norplant não é mais usado no Brasil. Outros grupos diriam: sim, estamos muito preocupados com o uso abusivo, com a falta de informação, o não-atendimento dos pedidos de remoção de algumas mulheres etc., mas não deveríamos condenar o método, não deveríamos eliminar sua disponibilidade porque haverá mulheres para quem ele poderá ser útil e eficaz. Isto é um tipo de divergência.

Adusp - Existem agora novas tecnologias que permitem a reprodução sem a necessidade da mulher. Desta maneira, as mulheres não perderão um dos seus principais poderes? O poder sobre a procriação?

Rosalind - Esta é uma boa pergunta. Primeiramente, não há qualquer tecnologia já desenvolvida que não precise da mulher. Não há ainda muitos experimentos que possam excluir totalmente as mulheres. Eles precisam para a reprodução, pelo menos do óvulo. Mesmo implantado...

Adusp - Bem, podemos armazená-lo e então...

Rosalind - Pode-se estocá-lo mas você ainda terá que obtê-lo, e tanto quanto eu saiba não tem havido nenhum desenvolvimento bem-sucedido de útero artificial. Você ainda precisa do útero mesmo que uma mulher doe o óvulo, mesmo que ele seja artificialmente fertilizado, ele terá que ser implantado em outro útero... o processo ainda exige uma mulher. Isto pode

mudar e é interessante porque você poderia dizer: sim, por muitos milhares de anos, as mulheres não têm sido somente discriminadas devido à sua capacidade maternal mas têm obtido também um certo poder disso. Não há dúvida sobre isso. Entretanto...

Adusp - Que é talvez a razão pela qual elas foram discriminadas.

Rosalind - Talvez. Concordo.

Adusp - Para mantê-las no lugar.

Rosalind - Exatamente! Porque, na verdade, é uma modalidade misteriosa e real de poder conseguir produzir crianças e a próxima geração. Por outro lado, eu discutiria se este poder e sua responsabilidade são lados de uma mesma moeda, se vêm mais da prática das mulheres como nutridoras e menos de sua capacidade fisiológica de dar à luz. E são aquelas funções nutridoras que as relações sociais de reprodução não mudarão dramaticamente com a simples invenção de um útero artificial. Quem ainda cuida das crianças, de seu crescimento, tem acesso ao desenvolvimento da criança, é a mulher. Se este relacionamento social começar a mudar de maneira séria, se os homens começarem a assumir a mesma responsabilidade pelo que acontece às crianças, pelo seu cuidado diário e nutrição, penso que veremos mudanças radicais e mesmo revolucionárias nas políticas de reprodução. Mas estamos muito distantes disso neste momento. Em nossa última pesquisa, uma das coisas que descobrimos,

muito interessante, é que muitas das mulheres, em todos os diversos países onde fizemos nossa pesquisa, reclamaram seu direito de tomar decisões sobre contracepção, aborto e sexualidade com base nas suas responsabilidades como mães. Elas dizem “sou eu quem sofre, sou eu quem arco com todo o peso, ele não faz nada, ele somente vem toda noite, às vezes nem vem para casa à noite, assim sou eu que tenho que decidir”. O que é interessante aqui é que as mulheres estão também reclamando sobre aqueles “pesos”; elas reclamam que os homens não dividem mais no trabalho doméstico e cuidado com as crianças. Há um dilema, uma contradição aqui, uma espécie de dilema feminista, da tensão entre o valor de um controle...

Adusp - Você não pode ter as duas coisas.

Rosalind - Sim, você não pode ter as duas coisas. É o valor de um controle e poder, de um lado, e o valor de dividir responsabilidade, de outro. Sei que se hoje, neste momento, se você perguntasse a muitas das mulheres que entrevistamos no Egito, nas Filipinas, ou aqui no Brasil, “como você gostaria que fosse...vamos conversar com seu marido e envolvê-lo mais na contracepção ao invés de ter

que fazer aborto”, as mulheres diriam “não, vamos mantê-lo fora disso. Eu tenho tudo isso, faço isso discretamente, e não desejo vê-lo envolvido, não quero que ele saiba”. Para atingir um ponto de verdadeiro diálogo e compartilhamento dessas questões, penso que deverá acontecer muita educação e treinamento sexual dos homens. Homens e rapazes.

Em nossa última pesquisa, uma das coisas que descobrimos, muito interessante, é que muitas das mulheres, em todos os diversos países onde fizemos nossa pesquisa, reclamaram seu direito de tomar decisões sobre contracepção, aborto e sexualidade com base nas suas responsabilidades como mães. Elas dizem “sou eu quem sofre, sou eu quem arco com todo o peso, ele não faz nada, ele somente vem toda noite, às vezes nem vem para casa à noite, assim sou eu que tenho que decidir”.

Adusp - Penso que o Brasil e alguns outros países estão ainda muito atrasados em direitos reprodutivos, pois as mulheres sequer têm direito ao aborto.

Rosalind - É verdade.

Adusp - Você acredita que isso mude no futuro imediato?

Rosalind - Penso que já começou a mudar. Descobrimos em nossas pesquisas no Brasil e no Egito, um país muito diferente e surpreendente, e também nas Filipinas, que é novamente um país católico com uma forte presença da Igreja na política, descobrimos que

as mulheres, um movimento embrionário de mulheres, estavam frequentemente mudando a religião para ajustá-la às suas próprias necessidades.

Adusp - Mudando de uma religião para outra? Ou mudando a forma como vêm a religião?

Rosalind - Mudando o modo de interpretar a religião para adequar o que a igreja diz ou como são os ensinamentos. Isto tem a ver especialmente com mulheres que fazem abortos, que usam contraceptivos quando acreditam que isso é pecado, que se recusam a fazer sexo com seus maridos quando não querem, embora acreditem nos ensinamentos que dizem que essa é uma obrigação da mulher ca-

sada. Essas mulheres diriam “eu sei que é pecado, mas acredito que Deus entende. Ele sabe qual é minha situação e Ele me perdoará”. Então, inventaram esta divindade benevolente para justificar suas atitudes. E aqui no Brasil, esta invenção de uma divindade benevolente tem uma longa tradição, vem de uma religião popular tradicional, da teologia da libertação e de comunidades de base organizadas de que muitas das mulheres que entrevistamos têm participado. Elas não estão inventando completamente sozinhas, mas extraem desta tradição popular a fim de criar um

Os movimentos feministas estão na defensiva, há muita pressão contra nós e isso tem tornado muito difícil crescer porque estamos apenas defendendo o que já temos. Para ser honesta, e só posso falar por mim mesma sobre isso, penso que os movimentos de mulheres em muitas partes do mundo estão mais fortes que nos Estados Unidos e Europa.

sentido de responsabilidade pelos direitos reprodutivos; isto é um tipo de mudança. Um outro tipo é mais prática em termos de legislação. Agora, tal como entendo, quero descrever uma dinâmica no Brasil que envolve um relacionamento entre esses movimentos embrionários de mulheres e grupos feministas organizados. Há um forte e extenso movimento de saúde e saúde reprodutiva no Brasil. Este movimento é um modelo de engajamento e de provisão de serviços educacionais entre mulheres muito pobres em suas comunidades nas cidades e áreas rurais, particularmente no Nordeste, em Pernambuco, ou nas favelas de São Paulo e Rio. E dessa atividade organizada, os grupos feministas no Brasil aprenderam que muitas dessas mulheres estão fazendo abortos, usando Citotec. Nós conhecemos as drogas que elas podem comprar nas farmácias, ou têm outros meios de induzir abortos ou fazer abortos ilegalmente e, então, têm complicações e vão a um hospital, e o que acontece é que elas são muito mal tratadas quando...

Adusp - Como criminosas?

Rosalind - Como criminosas, como pessoas sujas...

Adusp - Se pegam uma infecção é porque mereceram.

Rosalind - Exatamente. E são tratadas punitivamente, são ignoradas, são repudiadas, e as mulheres estão muito zangadas com isso, furiosas. Como resultado do reconhecimento que o movimento de mulheres brasileiras tem da situação, elas levaram esse conhecimento ao Cairo e a Beijing, para as Conferências Internacionais. Essas conferências internacionais não estão ainda capacitadas para reconhecimento universal do aborto como um direito humano. Ainda não chegamos lá. Mas o que obtivemos foi um reconhecimento nos documentos do Cairo e de Beijing de que todos os países deverão prover tratamento seguro, adequado e contínuo para mulheres que estejam sofrendo de complicações de um aborto ilegal inseguro. Está escrito nos documentos. No Brasil, esta cláusula do documento de Beijing está sendo debatida no legislativo e pode passar, e a legislação pode mudar dessa maneira no Brasil.

Adusp - Você vê o movimento feminista crescendo rapidamente no momento em que outros movimentos sociais estão enfraquecen-

do e desmoronando, ou você acha que o movimento feminista também está perdendo força? Como você vê isso?

Rosalind - Penso que este momento de globalização das novas teorias econômicas liberais e dos capitais transnacionais, e, também de crescimento do fundamentalismo em todo o mundo, é um período difícil para todos os movimentos progressistas, o que inclui os movimentos das mulheres. Os movimentos feministas estão na defensiva, há muita pressão contra nós e isso tem tornado muito difícil crescer porque estamos apenas defendendo o que já temos. Para ser honesta, e só posso falar por mim mesma sobre isso, penso que os movimentos de mulheres em muitas partes do mundo estão mais fortes que nos Estados Unidos e Europa. É muito mais forte aqui no Brasil que no meu país. Porém, todos os movimentos de mulheres estarão em perigo de extinção a menos que se aliem a outros movimentos progressistas. Penso que esse ponto é crítico. Os grupos de direitos humanos, os grupos de desenvolvimento, os grupos organizados contra a Aids (os quais transcendem o movimento gay), os grupos de ambien-

talistas e os grupos que estão direcionando a hegemonia de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, FMI, USAID, têm que realmente construir alianças, não apenas falando sobre isso mas fazendo-o e começando a trabalhar juntos em ações e estratégias comuns.

Adusp - Esse é um dos principais pontos desta conferência. Quais são as outras questões que lhe parecem mais importantes nesta conferência?

Rosalind - Uma das principais questões é a globalização. Globalização do mercado, dos fundamentalismos, e, por outro lado, globalização dos nossos movimentos. E muitas pessoas têm falado sobre uma organização mais horizontal, ao invés de vertical, o que significa a formação dessas alianças em nível local, nacional e, também, internacional. Assim, em termos de estratégia, sim, penso que isto é algo importante nesta conferência. Um outro foco importante é como fazer com que as questões de sexualidade e reprodução, que parecem ser muito particulares e íntimas, sejam na verdade questões de desenvolvimento, sejam vistas como questões de desenvolvimento humano sustentável, parte da saúde, bem-estar e educação, os quais, por sua vez, são partes de qualquer desenvolvimento humano.

Adusp - Como você compara essa proposta de alianças horizontais com o fato de que os homens não são admitidos nesta

conferência e alguns deles que ou saram aparecer foram banidos?

Rosalind - Eu percebo a sombra de rancor em sua voz neste ponto e eu não deveria apenas ser defensiva para dizer que, como um dos membros do Comitê Consultivo Internacional da Conferência, acreditava que em 1997, estamos fortes o bastante em nosso movimento, para convidar homens que sejam aliados para a conferência. Mas fui derrotada. O que penso é que precisamos trabalhar juntos novamente, estabelecendo confiança mesmo em áreas de conflito, e isto é muito importante para as organizações de desenvolvimento, de direitos humanos, onde quer que estejam, nas quais os homens são maioria, para que isso possa ser alcançado não

apenas nos grupos de mulheres em geral, mas nos movimentos femininos de saúde em particular, não somente em solidariedade mas em comunhão sobre temas específicos. As ameaças ambientais são um tema importante onde podemos trabalhar juntos. O problema de economias distorcidas devido a ajustes estruturais é outro, certamente.

Adusp - A principal área onde homens e mulheres estão juntos é na reprodução. Então, por que não começar com a discussão conjunta sobre direitos reprodutivos? Não posso entender isso.

Rosalind - Talvez nessa arena, onde as mulheres têm algum controle, têm alguma autoridade, elas estejam receosas de perder. Isto

ÚLTIMA PESQUISA DE ROSALIND

O movimento feminista vem se distinguindo de outros movimentos políticos, por se alimentar fortemente de pesquisas de campo. Dessas pesquisas vão surgindo continuamente novos conhecimentos, modificando os conceitos básicos do movimento, que por isso estão em constante evolução. A última pesquisa coordenada por Rosalind Pethesky, através da IRRRG em sete países, tentou aferir o grau de consciência das mulheres sobre seus próprios

direitos reprodutivos, investigando de que forma as mulheres tentam controlar sua vida reprodutiva nas condições adversas que hoje prevalecem, tanto institucionais, como culturais e religiosas; que estratégias usam para tanto, e quais as principais diferenças de comportamento entre mulheres de meio urbano e rural, casadas e não-casadas, de diferentes etnias ou religiões, trabalhando fora ou não. Os principais resultados foram os seguintes:

1) As mulheres tentam controlar sua fertilidade e maternidade, mesmo não o conseguindo muitas vezes; para isso usam freqüentemente de técnicas de dissimulação e do segredo, por medo da violência doméstica ou de conflitos;

2) Sua principal justificativa para o exercício desses direitos reprodutivos é a de que são elas que sofrem a gravidez e as dores do parto, que vão amamentar e cuidar da criança, que terão a maior

pode ser verdade. Estamos determinadas a ficar abertas a isso. Mas penso que deveríamos começar realmente com pequenos diálogos locais e nacionais antes que esses encontros internacionais possam ser abertos. E é um bom item para a agenda desta conferência. E não me importo de introduzi-lo. De agora até o ano 2000, em cada uma de nossas áreas locais, em cada um dos nossos países, deveríamos começar a fazer tentativas de iniciar esses diálogos sobre qual é o papel dos homens na tomada de decisão sexual e reprodutiva. Deveríamos estar nos aliando, como eu disse antes, com o movimento contra a Aids, porque eles passaram por isso para estabelecer tal diálogo, portanto podemos aprender muito

com eles. O próprio movimento de mulheres está atrasado nesse aspecto. Penso que temos muito trabalho a fazer. Até o ano 2000, este deveria ser um encontro com muita participação masculina.

Adusp - Minha última pergunta: observo no mundo acadêmico paulista e brasileiro que entre os estudantes há muito pouco interesse em desenvolver estudos que utilizem um enfoque do gênero. Isto também ocorre na universidade americana? Por quê?

Rosalind - Sim. Tenho lecionado nos programas de estudos da mulher por cerca de 22 anos, e tenho visto grande mudança em meus estudantes. Tenho sempre dado aulas para as universidades públicas, o

que significa estudantes de renda mais baixa. Alguns deles são a primeira geração de suas famílias a frequentar a universidade e descobri, nos últimos anos, menos interesse em questões sexuais, parcialmente porque, nos Estados Unidos, as jovens estudantes sentem “já sabemos tudo isso, já somos iguais, vamos ser iguais em nossos trabalhos, não há problema. Eu jamais ficarei com um homem que não faça o trabalho doméstico nem cozinhe, eu não ficaria com um homem assim. Eu não ficaria em um trabalho onde fosse discriminada, não eu”. É somente quando entram no mundo do trabalho e também em relações mais íntimas de longa duração que começam a ver: “é, não é tão fácil”. E então encontramos estudantes mais velhas muito mais reativas. Em parte, isso tem a ver com experiência de vida. Em parte com uma superexposição, nos Estados Unidos, a um certo tipo de feminismo de consumo na mídia. Assim, todas pensam que são feministas mas que não têm que ser feministas porque, lá, isto já é ultrapassado, e isso é um grande problema para nós. Penso que uma vez que os estudantes comecem, mesmo que tenham um único e simples curso que encabece questões sexuais e um caminho dinâmico e poderoso, eles começam a mudar imediatamente... e é somente uma questão de conseguir essa exposição, e penso que os programas de estudos de mulheres podem ser muito subversivos e que certamente os professores masculinos podem desempenhar um papel importante realizando estudos sexuais na universidade. **RA**

SOBRE SEXUALIDADE

carga de trabalho e responsabilidade e não os maridos ou parceiros ou parentes e portanto elas tem o direito de tomar as decisões;

3) A religião exerce influência muito pequena não apenas nas decisões das mulheres terem ou não terem filhos, também nas suas justificativas éticas; mesmo em sociedades muito religiosas, como Brasil e Egito, as mulheres frequentemente imaginam um Deus misericordioso e compreensivo que

entende suas necessidades de abortar e as perdoa;

4) Em muitos ambientes a consciência e o poder da mulher sobre seus direitos reprodutivos são ampliados pelo fato de ter sua própria renda, de trabalhar fora do lar, e, em alguns casos, de pertencer a sindicatos ou grupos comunitários;

5) Na maioria dos países, especialmente no Brasil, Egito, México e Estados Unidos, as mulheres questionadas reclamaram de uma má

qualidade de vida, inacessibilidade e alto custo dos serviços de saúde, e do tratamento humilhante e desumano que recebem dos provedores de saúde;

6) Muitas das mulheres questionadas expressaram baixo grau de consciência dos direitos e até mesmo de desejo de ter prazer sexual; isso, em contraste com um alto grau de consciência do direito de não serem submetidas pelos maridos ao sexo não desejado ou violento.